

Conjuntura Número de beneficiários do Crediamigo, do Banco do Nordeste, aumentou 28% em um ano

Microcrédito é saída tímida para o Bolsa Família

João Villaverde
De São Paulo

O número de beneficiários do Bolsa Família com conta no Crediamigo, modalidade de microcrédito do Banco do Nordeste (BNB), saltou 28% entre 2009 e 2010, representando um terço do total de 730 mil clientes ativos do programa. O salto dos 188 mil, em 2009, para mais de 260 mil, em 2010, consta do levantamento que o BNB entrega hoje ao Ministério do Desenvolvimento Social, que administra o Bolsa Família. Apesar do crescimento, eles representam pouco mais de 2% dos beneficiários do Bolsa Família no Nordeste com idade para tomar crédito.

Os dados mostram que parte da estratégia delineada ontem pela nova ministra, Tereza Campello — que defendeu a criação de “portas de saída” para que os beneficiários do Bolsa Família deixem de receber o benefício — já está em andamento, mas é bastante tímida.

O Ministério do Desenvolvimento Social transferiu R\$ 1,2 bilhão para 12,778 milhões de famílias em dezembro, dado muito próximo da meta de 12,9 milhões de famílias, que, segundo o ministério, deve ser atingida neste mês.

Para aumentar as “portas de saída”, o ministério já tem convênio assinado com o BNB, segundo apurou o **Valor**, para levar o Crediamigo aos municípios do Nordeste que recebem transferências oriundas do Bolsa Família. A parceria permitirá aos agentes do programa de crédito estabelecer pontes com os gestores municipais do Bolsa Família na região e aumentar o leque de clientes.

Para ter acesso ao Crediamigo, o tomador precisa integrar um grupo de dez pessoas, também interessadas em obter o crédito, e que se tornam solidariamente responsáveis pela dívida de cada um dos membros do grupo. O empréstimo é direcionado para capital de giro para formação de um peque-

no negócio, objetivo da nova ministra, que pretende estimular o empreendedorismo entre os beneficiários do programa.

“O Crediamigo está inserido nesse contexto de libertação do Bolsa Família”, diz Marcelo Azevedo Teixeira, superintendente em exercício da área de microfinanças do BNB. Segundo Teixeira, o “início do fim” do Bolsa Família virá naturalmente, tão logo as famílias pobres desenvolvam, por meio do microcrédito, uma fonte de renda estável, oriunda de um empreendimento próprio. “Em assembleias com tomadores, já tivemos casos de beneficiários do Bolsa Família nos perguntarem se a tomada de empréstimo acarretaria em término das transferências”, afirma.

Além das operações com microcrédito para empreendimento, os beneficiários do Bolsa Família também ganham espaço em bancos públicos comerciais. Cerca de 1,7 milhão de beneficiários do programa têm conta bancária na Caixa Econômica Federal.

Dos quase 50 milhões de beneficiários do Bolsa Família, metade — cerca de 23 milhões de pessoas — são crianças e jovens até 17 anos, que não podem operar contas bancárias ou tomar empréstimos. Pouco mais da metade dos beneficiários vive nos Estados do Nordeste, onde se concentram as operações do BNB, que no ano passado começou a estender as operações para o norte de Minas e Espírito Santo, e para comunidades do Rio.

“O grande desafio do governo Dilma Rousseff, na área social, é

coordenar políticas, ou seja, ao mesmo tempo que transfere renda, precisa reduzir custos ao microempreendedor, como baratear as contas de luz e telefone. De outra forma, o microempreendedor vai tomar empréstimo para pagar luz e telefone”, afirma Lena Lavinhas, uma das principais pesquisadoras de pobreza no Brasil.

Para Lena, que é doutora em economia pela Universidade de Paris e professora da UFRJ, é “ilusório” pensar que “todos os pobres são potenciais empreendedores”, e a política social de criar portas de saída do Bolsa Família não deve estar condicionada à isso.

“Em qualquer classe de renda, a maior parte das pessoas é funcionário, apenas uma minoria é empreendedora. Além disso, a expansão do crédito aos pobres precisa vir acompanhada de programas de instrução e qualificação”, diz Lena, para quem é preciso, ainda, ampliar o Bolsa Família. “Segundo a Pnad mais recente [de 2009], das 5,842 milhões de famílias abaixo da linha da pobreza, o equivalente a 2,231 milhões não recebem nenhum benefício público”, diz.

Trabalho perde espaço na composição da renda familiar

De São Paulo

O trabalho perdeu força no total de rendimentos das famílias brasileiras, apesar dos consecutivos recordes na criação de emprego formal e do aumento real de salários no Brasil. Enquanto em 1999 a renda do trabalho representava 81,5% do rendimento total das famílias, dez anos depois já recuava para 77,4%. Levantamento feito a pedido do **Valor** pelo economista Marcio Pochmann, presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), mostra que a principal responsável por essa perda de força do trabalho foi a região Nordeste, onde a renda do trabalho caiu quase dez pontos percentuais na década, saindo de 81,7%, em 1999, para 72,5%, em 2009.

O esvaziamento do trabalho no total de rendimento das famílias ocorreu anualmente até 2006, tendo se concentrado entre 1999 e 2003, quando perdeu

três pontos percentuais, se estabilizando em torno de 78% desde então. Segundo Pochmann, essa dinâmica, na década, ajuda a explicar o fenômeno de redução da renda oriunda do trabalho no total de rendimentos. "A renda do trabalho caiu menos a partir de 2004, que é justamente quando começa o Bolsa Família, então não se pode relegar às transferências de renda a responsabilidade por esse processo", diz Pochmann, para quem o próprio mercado de trabalho justifica esse movimento.

"Vivemos, no começo da década, uma extensão dos anos 90, isso é, um quadro de baixo crescimento econômico, com altas taxas de desemprego e poucas políticas sociais de transferência de renda", afirma o economista, "cenário que foi alterado nos últimos anos, quando a formalização ganhou força e, com isso, rendi-

mentos indiretos, como aposentadorias e seguro-desemprego, também". Dessa forma, raciocina Pochmann, a dependência do trabalho diminuiu, uma vez que, devido ao próprio emprego adquirido, as pessoas passaram a tomar mais empréstimos bancários para financiar o consumo.

O economista, no entanto, não descarta o efeito produzido por transferências de rendas desvinculadas do trabalho, como a Lei Orgânica da Assistência Social (Loas) e o Bolsa Família, na redução mais acelerada da renda do trabalho no total de rendimentos das famílias. Enquanto no Sul e Sudeste a renda do trabalho caiu apenas 3,9 e 2,7 pontos percentuais entre 1999 e 2009, respectivamente, nas regiões Norte e Nordeste a queda foi maior — 6,2 e 9,2 pontos percentuais, respectivamente.

Segundo dados do Ministério

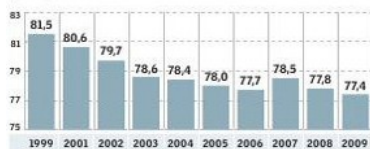
de Desenvolvimento Social, os nove Estados do Nordeste concentraram, em dezembro do ano passado, 50,5% do total de famílias beneficiadas pelo Bolsa Família — o equivalente a 6,4 milhões de famílias. No Norte, foram 1,3 milhão de famílias, o equivalente a 10,5% do total de assistidos.

"Não vejo como um êxito o trabalho aumentar sua parcela no total de rendimentos das famílias, movimento que certamente ocorreu em 2010, diante de todo o aquecimento do emprego. O Estado passa a ocupar um espaço maior, trata-se de um fenômeno natural em economias maduras, como ocorreu nos EUA e na Europa do pós-guerra, seja por meio de aposentadorias, seja por meio de apoio à postergação no ingresso no mercado de trabalho", afirma Pochmann, para quem o Estado brasileiro está, nos últimos anos, ganhando espaço de "Estado de Bem-Estar Social", que dá aos cidadãos "tranquilidade" na escolha de empregos. (JV)

Trabalho perde força

Evolução da participação da renda do trabalho na renda familiar entre 1999 e 2009

■ Renda do trabalho no total de rendimento das famílias (em %)



Fonte: Proad/IBGE. Elaboração: Marcio Pochmann

■ Nordeste cai mais

Evolução da participação do rendimento do trabalho na renda familiar por região

| Região | 1999 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 |
|--------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| Norte | 89,4 | 88,3 | 86,9 | 86,0 | 85,7 | 84,9 | 84,0 | 84,5 | 83,6 | 83,2 |
| Nordeste | 81,7 | 79,2 | 76,6 | 75,0 | 75,1 | 75,1 | 74,7 | 73,1 | 73,8 | 72,5 |
| Centro-Oeste | 87,3 | 86,7 | 86,2 | 86,5 | 86,4 | 84,6 | 82,7 | 84,1 | 83,4 | 82,4 |
| Sudeste | 80,1 | 80,1 | 79,4 | 78,1 | 77,4 | 77,0 | 77,3 | 78,9 | 77,7 | 77,4 |
| Sul | 81,7 | 78,6 | 78,8 | 78,0 | 78,2 | 78,0 | 77,6 | 77,9 | 77,2 | 77,8 |

ALINE MASSUCA/VALOR



Lena Lavinas, professora da UFRJ: é "ilusório" pensar que "todos os pobres são potenciais empreendedores"